

# O incluir universitário: perspectivas e relato de experiência como tutora do curso de TGT

Jessica Silva Tinoco GIMENEZ<sup>1</sup>

Fundação CECIERJ/Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)  
Rio de Janeiro, BRASIL

**Resumo.** O contexto de lutas pela inclusão não é algo recente, mas vem de um panorama histórico marcado por diversos desafios e que, na atualidade, ainda se faz necessária. O conhecimento sobre o contexto histórico dessas lutas por acessibilidade e pela educação inclusiva em seus diversos níveis de ensino é um dos pontos-chave e base para os profissionais que atuam na área da educação, a fim de que se percebam como aqueles que também são parte e irão escrever essa história em conjunto com os alunos com deficiência/PCDs (Pessoa com Deficiência). Nesse sentido, o **objetivo** desse trabalho é, com base nos conhecimentos históricos adquiridos por meio das vivências que obtive como tutora presencial do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo (TGT) pelo CEDERJ e como tutora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), relatar meu percurso na área educação inclusiva. Sendo este trabalho configurado em uma **metodologia** que utiliza o relato de experiência com um aluno PCD no qual acompanhei desde 2020 até sua formatura em 2024. A partir da **fundamentação teórica** apresentada, esse momento atual só foi possível, devido ao contexto histórico de lutas, acessibilidade inclusão e progressos para garantir os direitos da pessoa com deficiência no contexto universitário. **Conclui-se** que a implantação da educação inclusiva nos espaços sociais ainda requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, entre outros.

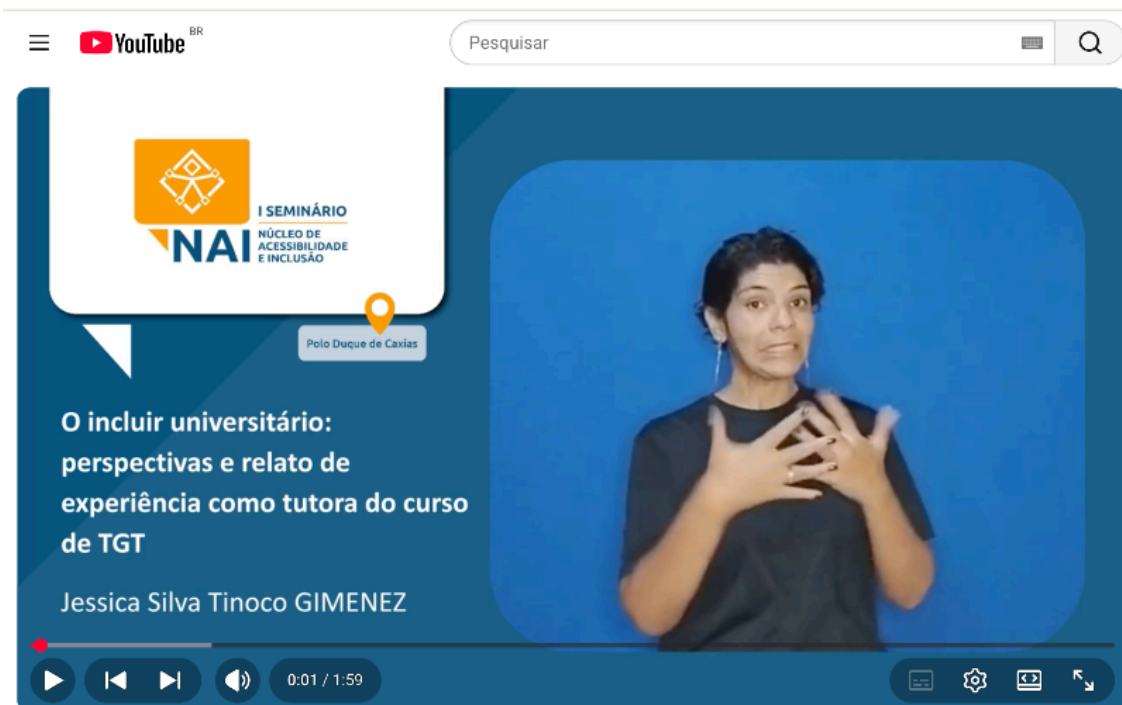
**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Pessoas com Deficiência. Inclusão. Acessibilidade. Universidade.

---

<sup>1</sup> Tutora/professora presencial do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo (TGT) pelo CEDERJ/CEFET-RJ. Tutora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Doutoranda em História pelo PPGH. Mestra em Políticas Públicas e Direitos Humanos pelo Nepp-DH/UFRJ

## Resumo em Libras

(clique na janela abaixo para acessar o vídeo completo):

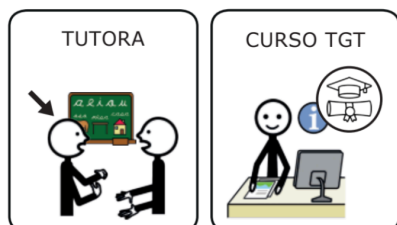


## Resumo em CAA - Comunicação Aumentativa e Alternativa

(clique na imagem abaixo para acessar o arquivo completo):



O Incluir Universitário: perspectivas e relato de experiência



como Tutora do Curso de TGT

## Introdução

A partir da década de 1990, se concretizaram os movimentos sociais, a luta por direitos e por uma sociedade inclusiva no processo de redemocratização do país, pós Constituição de 1988. A Constituição define que a educação é um direito de todos e dever do Estado. Tal direito exemplifica que é necessária uma educação igualitária de condições de acesso e permanência em todos os níveis de ensino, seja nas escolas, seja nas universidades. Os movimentos pela inclusão lutam contra as barreiras e desafios encontrados na sociedade pelas pessoas com deficiência. Dessa forma, é possível perceber que a discussão em torno da legislação e das políticas públicas na e para a educação inclusiva é algo recente no Brasil.

Em 1994, ocorreu a Declaração de Salamanca, que constitui uma resolução no âmbito das Nações Unidas (ONU) que debate de forma internacional a educação inclusiva sendo muito relevante para a implementação das legislações brasileiras na área. Os processos de mobilizações sociais e os debates internacionais são fundamentais para a implementação das legislações e para que as mesmas entrem em vigor na prática, não ficando somente no papel.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) foi criada em 2015, também é conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (PCD), sendo uma lei muito relevante, pois abarca esses diversos setores sociais e de direitos da PCD como por exemplo: Saúde, Educação, Trabalho, Assistência Social, Esporte, Previdência, Transporte e *etc.* Tais debates em torno dos direitos das pessoas com deficiência, as mobilizações sociais e a criação e implementação de políticas públicas são essenciais para a inclusão social.

Conforme menciona Boaventura (2020, p.20),

trata-se da forma como a sociedade os discrimina, não lhes reconhecendo as suas necessidades especiais, não lhes facilitando acesso à mobilidade e às condições que lhes permitiriam desfrutar da sociedade como qualquer outra pessoa. De algum modo, as limitações que a sociedade lhes impõe fazem com que se sintam a viver em quarentena permanente (BOAVENTURA, 2020, p.20).

Com base nos conhecimentos históricos acima expostos e obtidos ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional, relato a seguir minha experiência e percurso na área educação inclusiva até o momento atual que só foi possível devido ao contexto histórico de lutas e progressos para garantir os direitos da pessoa com deficiência.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é, com base nos conhecimentos históricos adquiridos por meio das vivências que obtive como tutora presencial do Curso de Tecnologia

em Gestão de Turismo (TGT) pelo CEDERJ e como tutora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) relatar meu percurso na área educação inclusiva. Sendo este trabalho configurado em um relato de experiência com um aluno PCD no qual acompanhei desde 2020 até sua formatura em 2024. Esse momento atual só foi possível devido ao contexto histórico de lutas, acessibilidade inclusão e progressos para garantir os direitos da pessoa com deficiência no contexto universitário. A conclusão a que se chega é que a implantação da educação inclusiva nos espaços sociais ainda requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, entre outros.

## Desenvolvimento:

No ano de 2016, defendi meu trabalho de conclusão de curso na área de Turismo. Sou ex-aluna do curso de TGT pelo CEDERJ. O tema do meu TCC abordava aspectos das barreiras atitudinais e comunicacionais no setor turístico, assim como a acessibilidade, inclusão e o lazer das Pessoas com Deficiência Auditiva. Foi realizado uma pesquisa por meio de um questionário com perguntas que foram respondidas de forma online e por diversos perfis de turistas não ouvintes. Dessa forma, foi possível compreender que a acessibilidade e a inclusão precisam ser diversificadas e atender cada pessoa. Com esse trabalho de pesquisa pude perceber, de forma enfatizada, que eu necessitava me aprofundar mais sobre a temática tanto de forma pessoal como profissional. Ou seja, compreender as vivências, os direitos, as lutas e os movimentos das pessoas com deficiência.

Durante muitos anos, antes mesmo de realizar a pesquisa mencionada acima, eu tentei ingressar no curso de LIBRAS do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) por meio do sorteio. E com muita alegria, consegui ingressar, sendo sorteada, no segundo semestre de 2019. O curso proporcionou a aprendizagem da Língua de Sinais e as vivências da Comunidade Surda, porém com a pandemia da Covid-19, eu decidi trancar temporariamente o curso.

No semestre de 2020.2 ingressei como tutora presencial do curso de TGT e, também, como tutora de apoio no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Que desde então, tem me proporcionado uma aprendizagem tanto profissional quanto pessoal. Nesse ano de 2025, completo 5 anos como tutora do NAI e, essa experiência, me auxiliou na realização do Mestrado em Políticas Públicas e Direitos Humanos no qual escrevi a dissertação sobre Políticas Públicas de Acessibilidade e Inclusão. No NAI, acompanhei de 2020 a 2024, o aluno F., utilizarei a sigla para manter o anonimato do mesmo, até a sua formatura. F. é uma Pessoa com Deficiência Intelectual. Acompanhá-lo foi uma troca muito importante, pois consegui perceber diversos aspectos da acessibilidade e da inclusão nas práticas pedagógicas voltadas para atender as demandas de alunos universitários. Foi possível perceber, ao longo desse período de acompanhamento, que ele possuía muita ansiedade em realizar as atividades e, isso, acabava prejudicando sua interpretação dos trabalhos.

Ainda que esse relato de experiência seja relativo a um acompanhamento que já foi realizado e concluído, é importante deixar registrado as experiências com o intuito de aprimorarmos nosso diálogo e trabalho para a inclusão de alunos com deficiência na universidade. O diálogo entre a equipe e as coordenações de disciplina é primordial para a compreensão das necessidades dos alunos em seu processo de aprendizagem. Assim, o PAI é um instrumento essencial que faz essa interrelação.

O Plano de Apoio Individualizado (PAI) busca atender as demandas individuais de cada aluno possibilitando um suporte/apoio mais específico e correspondente as suas necessidades com objetivo de garantir a sua inclusão e acesso necessários para a sua aprendizagem e desenvolvimento. Funciona como um documento-guia para os profissionais da educação com o objetivo de orientar as ações para o atendimento e apoio ao aluno com deficiência. Dessa forma, realizei atividades adaptadas de acordo com o Plano de Apoio Individualizado (PAI) com o objetivo de deixá-lo mais tranquilo e de forma que ele percebesse os conteúdos através de suas vivências pessoais. Como por exemplo, quando F. relatou sobre os passeios que realizou durante a escola, caracterizando aspectos das atividades turísticas realizadas por ele na cidade do Rio de Janeiro. F. sempre se demonstrou curioso e criativo nas formas de aprendizagem, sendo possível transformar sua percepção sobre o curso. Sempre conversávamos sobre as possibilidades de aprendizagem, sobre suas ansiedades diante das matérias e do curso. E dessa forma, as adaptações referentes ao conteúdo das avaliações, adaptações de tempo e adaptações nas atividades das disciplinas eram realizadas em diálogo tanto com o aluno quanto com a equipe de tutores do NAI. Sendo ponto essencial na construção da jornada acadêmica e inclusiva desse aluno e de diversos outros alunos. Em 2024, F. se formou com muita alegria e gratidão pela sua trajetória acadêmica no curso de TGT pelo CEDERJ.

Em meados do ano de 2025, comecei o acompanhamento com dois alunos, um deles, com TEA, já me relatou uma melhora na compreensão dos conteúdos com o suporte

da tutoria de apoio do NAI. Minha experiência em sala de aula na luta por e para uma Educação Inclusiva junto com os colegas de trabalho e do curso da Fundação Cecierj vem se construindo aos poucos com a trajetória que eu mencionei anteriormente. Essa troca tem sido essencial e gostaria de agradecer todo o apoio de toda a equipe do curso de TGT, do polo e do NAI nessa jornada. Dessa maneira, tenho buscado, com essas experiências e com o despertar do meu interesse, aprofundar-me cada vez mais sobre a Educação Inclusiva e sua História no Brasil.

## Conclusão:

Historicamente, muitos avanços já aconteceram na área de Educação Especial e Inclusiva e colaboraram para espaços educacionais que pensem e planejem o atendimento a todos. Isso precisa ser ampliado. Assim, a implantação da Educação Inclusiva requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, entre outros. Ou seja: em todos os níveis de ensino, inclusive no universitário, como um todo, por meio de ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades individuais dos estudantes. Nesse sentido, as estratégias e adaptações curriculares são essenciais para o respeito à diversidade e individualidades de cada aluno.

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao aluno do qual menciono no relato pela troca, aprendizagem e vivências. Como sua tutora pude compreender melhor suas vivências e sentimentos diante do curso no qual estava realizando. Agradeço pela parceria proporcionada pelos Diretor e Coordenador de curso do Polo no qual leciono. Agradecer ao NAI e a Fundação Cecierj pela oportunidade de estar como tutora e pela caminhada de luta por direitos dos alunos através do NAI.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) .

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca.** 1994. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 Set 2025.

\_\_\_\_\_. Decreto 186/2008. **Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo.** 2008. Disponível em:<[http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm)>. Acesso em: 20 Set 2025.

\_\_\_\_\_. Decreto 6949/2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.** 2009. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm)>. Acesso em: 20 Set 2025.

\_\_\_\_\_. Decreto 10.502. **Institui a Política Nacional de Educação Especial.** 2020. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10502.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10502.htm)>. Acesso em: 20 Set 2025.

ONU. **Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência.** 2006. Disponível em:<<http://www.un.org/disabilities/documents/natl/portugal-c.doc>>. Acesso em: 20 Set 2025.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra, Almedina, 2020



I SEMINÁRIO

**NAI** NÚCLEO DE  
ACESSIBILIDADE  
E INCLUSÃO



I SEMINÁRIO

**NAI** NÚCLEO DE  
ACESSIBILIDADE  
E INCLUSÃO



I SEMINÁRIO

**NAI** NÚCLEO DE  
ACESSIBILIDADE  
E INCLUSÃO



I SEMINÁRIO

**NAI** NÚCLEO DE  
ACESSIBILIDADE  
E INCLUSÃO



I SEMINÁRIO  
NÚCLEO DE  
ACESSIBILIDADE  
E INCLUSÃO